

Foto: Ateliê Fotó

GESTÃO

SEGURANÇA ALIMENTAR É TAMBÉM AÇÃO DAS ESCOLAS

1

>> Alunos de escola pública se alimentam melhor do que os da rede privada, mostra pesquisa

2

>> Merenda escolar adequada tem efeitos também na aprendizagem

3

>> Diretores relatam o impacto da alimentação em suas escolas

“Não deixe ninguém para trás” foi o tema escolhido pelas Nações Unidas para marcar as celebrações em torno do Dia Mundial da Alimentação, comemorado em 16 de outubro. A mensagem também serve como reflexão importante para as escolas públicas brasileiras, cuja centralidade na garantia do direito à segurança alimentar e nutricional tem sido reforçada por especialistas e entidades que atuam no combate à fome frente ao aumento da vulnerabilidade social e econômica da população.

“Temos 33 milhões de brasileiros em insegurança alimentar grave no país, muitos deles crianças, negras, estudantes da rede pública de ensino e que têm na refeição servida na escola a esperança de ter uma refeição saudável e adequada no dia”, destaca a nutricionista, especialista em Saúde Coletiva e

NÚMEROS DO PNAE

Programa Nacional de Alimentação Escolar



R\$ 4 bilhões

anuais repassados às 27 Unidades da Federação e aos 5.570 municípios

18

nações africanas desenvolveram políticas nacionais de alimentação escolar inspiradas nele



Fonte: Livreto O Pnae em fatos e números: a importância do Programa Nacional de Alimentação Escolar, FIAN Brasil (2022)

consultora da organização ACT Promoção da Saúde, Kelly Alves. Para ela, “é preciso que os gestores estejam sensibilizados e continuem trabalhando para garantir a quantidade e a qualidade adequada de alimentação dos estudantes, evitando assim o desenvolvimento de carências nutricionais que prejudiquem o seu crescimento e desenvolvimento”, o que contribuiu também para diminuir o risco de evasão.

As escolas públicas desempenham esse papel importante na segurança alimentar de crianças e adolescentes brasileiros e na promoção de hábitos saudáveis de alimentação graças, entre outras políticas, ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que assegura o repasse de recursos do governo federal a estados, municípios e escolas federais para esse fim.

“Nesse momento de crise é preciso cuidar bastante para que não haja desperdício dos alimentos; reforçar o treinamento com as cozinheiras, fazer campanhas de conscientização com os alunos para que eles não desperdicem os alimentos, experimentar novas receitas que façam o aproveitamento integral dos alimentos, buscar comprar os produtos que estão na safra, geralmente mais baratos, valorizar ainda mais os alimentos e as preparações culinárias regionais, porque tendem a ser menos caros também”, enumera Kelly.

Além de prover recursos para a aquisição e o preparo da merenda escolar, o PNAE estabelece uma série de diretrizes para essa alimentação, tais como: o uso de alimentos variados, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis; a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem; o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de produtos locais provenientes da agricultura familiar e a participação da comunidade no controle social, entre outras.

Em função dessas diretrizes e normas estabelecidas pelo PNAE, a merenda escolar oferecida hoje nas escolas públicas assegura aos estudantes dessas unidades uma alimentação mais saudável que a consumida por alunos da

rede privada. Esse foi um dos achados de duas pesquisas realizadas pelo Grupo de Estudos, Pesquisas e Práticas em Ambiente Alimentar e Saúde (GEPPAAS), do Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Os estudos constataram que aproximadamente 30% das calorias consumidas por crianças e adolescentes de escolas particulares correspondem a produtos ultraprocessados.

ALIMENTAÇÃO X APRENDIZAGEM

Além da garantia do direito à segurança alimentar, a merenda escolar também tem impacto na aprendizagem. O relatório *State of School Feeding Worldwide 2020* (O Estado da Alimentação Escolar no Mundo 2020), publicado pelo Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (WFP, na sigla em inglês), menciona estudos recentes sobre o tema. Cita publicação de 2018 da Agência Francesa de Desenvolvimento e do Banco Mundial que apontou a alimentação escolar como a terceira intervenção mais eficaz na promoção de resultados de aprendizagem dentro de um conjunto de intervenções na política educacional implementada na África Subsaariana e em outros países em desenvolvimento. Ela é superada apenas por intervenções focadas em pedagogia (pedagogia estruturada e tempo extra), surtindo mais efeito que investimentos em infraestrutura (construção de novas escolas, materiais para escolas) e de subsídio à educação, como bolsas de estudo e transferências de dinheiro.

O relatório destaca também uma revisão de 145 estudos empíricos recentes que constatou que a alimentação escolar produz ganhos significativos em resultados de testes de aprendizagem, especialmente entre as meninas e crianças das famílias em situação de maior vulnerabilidade econômica. De acordo com os autores, “estes resultados fortalecem muito a evidência global anterior de que a alimentação escolar é uma estratégia promissora para impulsionar os resultados cognitivos, bem como o acesso à escola”.

“COM FOME NINGUÉM APRENDE”

A importância da merenda escolar é particularmente sentida pelos gestores de escolas públicas situadas em territórios mais vulneráveis. No CETI Hesíchia de Sousa Brito, situado no município de Piracuruca (PI), o diretor José Idelson Escorcio conta que procura oferecer refeições reforçadas por conta do perfil dos estudantes atendidos pela unidade, que, além da sede, conta com dois anexos, um a 35 km da cidade e outro, a 45 km.

“Temos alunos que saem 5h30 da manhã para chegar à escola às 7h, porque pegam duas conduções, na zona rural, para chegar até a sede da escola ou mesmo para chegar até o anexo. Os alunos que estudam à tarde às vezes saem de casa às 10h30 da manhã para chegar à escola às 13h30”, relata. “Nós priorizamos uma alimentação mais forte, mais nutritiva, porque entendemos que com fome ninguém aprende. Servimos farofa de cuscuz com ovos, a sopa de frango, frango com arroz, cuscuz com leite, salada verde, frutas na sobremesa ou suco de acerola, goiaba, caju, que são regionais”, afirma.

Ele explica ainda que como gestor tem autonomia para montar o cardápio seguindo as orientações da nutricionista da Secretaria e em conformidade com as diretrizes do FNDE, de modo a atender à realidade local. Uma das adequações feitas, conta José Idelson, foi a inclusão de um café da manhã no cardápio (que não consta entre as refeições que devem ser servidas pela esco-



Uma revisão de 145 estudos empíricos recentes constatou que a alimentação escolar produz ganhos significativos em resultados de testes de aprendizagem.



Hora da merenda no CETI Hesíchia de Sousa Brito, em Piracuruca (PI)

la), porque percebeu que muitos alunos trabalham no campo antes de ir para escola e chegam lá sem essa alimentação.

Na EE Dom Pedro II, situada na região central de Belo Horizonte (MG), o cuidado com a alimentação escolar é o mesmo, mas o perfil do alunado atendido é distinto. A gestora Flavia Cristina Fernandes Araujo relata que os estudantes vêm de famílias com poder aquisitivo relativamente maior que aqueles que frequentam escolas periféricas. Durante a pandemia, por exemplo, lembra que não houve adesão total aos kits alimentares distribuídos aos alunos. Em relação à merenda, ela afirma que tem uma ótima aceitação, mas não é consumida pela totalidade do corpo discente: cerca de 300 dos 420 estudantes matriculados por turno fazem a refeição diariamente. “É uma refeição completa: tem arroz ou macarrão, feijão, uma proteína, salada. Tem alunos que não dão conta de receber essa alimentação às 9h30 da manhã”.

Com isso, a escola tem conseguido seguir oferecendo refeições de qualidade, apesar do baixo valor repassado no âmbito do Pnae. “É um valor muito baixo principalmente diante do cenário de aumento de preços que estamos vendo todos os dias. Isso me preocupa. No futuro não sei como será. Em termos de qualidade do preparo sabemos que isso não vai cair, mas a gente não sabe da diversidade dos pratos que serão oferecidos”.

Assim como no Piauí, na rede estadual mineira os gestores têm autonomia para construção do cardápio. As escolas são agrupadas em polos, cujos gestores definem conjuntamente os cardápios, em conformidade com as orientações da nutricionista da Secretaria e as normas do Pnae (grupos alimentares, composição, quantidade) e a partir das preferências alimentares identificadas entre os alunos e atendendo à cultura regional e sazonalidade da produção local. Após essa etapa, é aberta a licitação para aquisição dos alimentos.

“Temos a maior preocupação em usar alimentos saudáveis e adquiridos da agricultura familiar, porque a gente sabe da procedência e conhece os dias certos da entrega desses produtos”, enfatiza a diretora Arlete Vasconcelos Santos, da EE Santo Afonso, situada também na capital mineira. Ela explica, por exemplo, que os bolos são feitos na própria cantina da escola, assim como os sucos, com a polpa de fruta adquirida dos produtores locais. “Muitos alunos não tinham o hábito de consumir fruta em casa. Também introduzimos o peixe e deu muito certo”, conta.

Os depoimentos dos diretores acima dão uma mostra do cuidado que eles dedicam à merenda servida e reforçam a importância do papel desempenhado pela escola pública na garantia do direito à segurança alimentar e nutricional dos estudantes.



PARA SABER MAIS

- **O Pnae em fatos e números: a importância do Programa Nacional de Alimentação Escolar**, FIAN Brasil (2022): bit.ly/LivretoPNAE_Fian
- **Estado da Alimentação Escolar no Mundo 2020**, Programa Mundial de Alimentos (2020): bit.ly/RelatorioAlimentacao2020
- **Materiais para Promoção da Alimentação Adequada e Saudável no Programa Saúde na Escola (PSE)**, Rede Estadual de Alimentação e Nutrição Escolar (REANE): bit.ly/Materiais_REANE
- **Alimentação de forma ampliada: diferentes abordagens da alimentação no currículo escolar** (webinário), ACTbr (10/08/2022): bit.ly/webinarioACT

Aprendizagem em Foco é uma publicação quinzenal produzida pelo Instituto Unibanco. Tem como objetivo adensar as discussões sobre o contexto educacional brasileiro, a partir de pesquisas, estudos e experiências nacionais e internacionais.

Para fazer algum comentário, envie um e-mail para: instituto.unibanco@institutounibanco.org.br

Para ler as edições anteriores, acesse: bit.ly/aprendizagem-foco

Produção editorial: Redação Fabiana Hiromi; Edição Antônio Gois

Projeto gráfico e diagramação Estúdio Kanno; **Edição de arte** Fernanda Aoki

